

APRESENTAÇÃO

A reflexão sobre o direito apresenta grandes desafios, tendo em vista sua complexidade como fenômeno social, e o caminho para a sua compreensão passa, naturalmente, pela interdisciplinaridade. A pluralidade de olhares sobre o direito permite uma reflexão mais crítica e estimula a realização da justiça em seu sentido pleno.

A Revista Jurídica Unigran tem o escopo de contribuir com múltiplas perspectivas sobre o direito e, enquanto repositório, divulgar pesquisas e estudos que contribuam tanto para a formação acadêmica, quanto para a prática profissional e efetividade da justiça.

Neste sentido, foram selecionados para este número artigos que contribuem para o debate, não apenas acadêmico, mas prático-profissional.

Como artigo de autor convidado, temos a contribuição de Margareth Vetis Zaganelli, que em conjunto com Mateus Miguel Oliveira, apresentam uma análise crítica e interdisciplinar do direito no artigo “Direito, cinema e sociedade: uma análise acerca da justiça popular e suas repercussões sociais à luz de “M, o Vampiro de Dusseldorf”, de Fritz Lang”.

Como artigos submetidos à avaliação, foram selecionados artigos que abordam questões sobre o meio ambiente, saúde pública, educação, economia, direitos de personalidade, direitos humanos e políticas públicas, em um olhar transdisciplinar e crítico.

A provocação do judiciário a dar respostas sociais é vista no artigo de Priscila Zeni de Sá, Luiz Sens Weise e Layra Linda Rego Pena, que abordam a tutela coletiva ambiental e consumerista no Tribunal de Justiça de Santa Catarina e no artigo de Wanderlei José dos Reis, que analisa as principais decisões do STF sobre questões de saúde pública na pandemia.

A partir de um julgamento paradigma da Suprema Corte do Canadá, Hidemberg Alves da Frota traz luz sobre o princípio constitucional do Estado laico e da liberdade de consciência e crença, asseverando que o debate sobre a obrigatoriedade do ensino multiculturalista de temáticas religiosas é uma questão premente seja pelo caráter multicultural das sociedades contemporâneas, seja pelo crescimento da intolerância religiosa em escala global.

Questões de direitos humanos e de direitos fundamentais são trazidos por Roberta Tuna Vaz dos Santos em “A competência comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios na implementação de políticas públicas de proteção aos direitos humanos previstos em tratados internacionais de direitos humanos”, por Eliel dos Santos de Carvalho, Cecilio Argolo Junior, Francisco Josivan Ferro Ferreira e Liliane Amaral Janguie Bezerra Diniz em “Educação carcerária para os oprimidos: política pública afirmativa de

(res)socialização para os apenados?”, por Maiara Reinert e Valeria Rodinea Zanette em “A violação dos direitos do preso no Brasil e o “supercaso” na corte interamericana de direitos humanos”, por Thaina Marques de Oliveira e Reinaldo Alves Pereira em “Do suplício ao cumprimento de pena privativa de liberdade: o retrato do sistema prisional brasileiro”, por Adriane Medianeira Toaldo e Carine Volz Zaiosc em “Direitos humanos no contexto pandêmico: a relativização dos direitos e garantias fundamentais no Brasil”, por Diego Saviatto Teixeira e Valéria Rodineia Zanette em “O direito fundamental à imagem e à liberdade de imprensa: um estudo a partir do princípio da ponderação nos casos de conflitos de direitos fundamentais em processos de dano moral por divulgação em nomes e investigações na imprensa”, constituindo-se, estes artigos, em consistente dossiê sobre direitos humanos e fundamentais,

Os impactos do avanço digital nas relações econômicas, em particular sobre os sistemas de pagamentos móveis instantâneos e a importância da atuação regulatória estatal são o tema abordado por Émerson Santiago Pereira e Allan Thiago Barbosa Arakaki no artigo “Pagamentos móveis: uma perspectiva comparativa dos sistemas de pagamento m-pesa (queniano) e pix (brasileiro) sob a égide de suas características competitivas, culturais e regulatórias” e a relação entre o público e o privado na economia é tema do artigo de Edson da Graça Francisco Macuacua e Olinda Bernardo Elias “A tutela jurídica das parcerias público privadas em Moçambique”.

As iniciativas para fazer frente aos problemas econômicos no setor público são o objeto do estudo de Felipe Amaral dos Santos e Vinicius de Almeida Gonçalves no artigo “Naming Rights: uma solução frente a crise econômica no setor público”, e o crime cibernético é tema Eduarda Quinteiro Ramos Portela, Lillian Sampaio Ramos, Maria Clara Viana Rosiak e Mayke Stofel Sampaio. Para Portela et al. as medidas tomadas pelo Estado brasileiro no combate aos crimes virtuais, tanto no que permeia a eficácia quanto a densidade, promove uma incômoda situação de deficiência legal para punição exemplar daqueles que se utilizam do meio informático para efetuar atividades nocivas ao conjunto da sociedade.

Karine Souza Martins aborda o direito à moradia para moradores de rua em tempos de pandemia da covid19, destacando a necessidade de políticas públicas eficazes no combate à pobreza e no atendimento a este direito fundamental.

Espera-se, com este conjunto de artigos de autores das diferentes regiões do país, incentivar o debate acadêmico sobre temas relevantes, bem como contribuir para o avanço do conhecimento jurídico, missão e escopo da Revista Jurídica Unigran.

Por fim, mas não menos importante, o nosso agradecimento aos avaliadores ad hoc que disponibilizaram seu tempo para avaliar, indicar apontamentos, sugerir revisões.

Uma boa leitura.
Helder Baruffi - Editor